

## 6 Considerações finais

A reforma do ensino médio técnico foi apresentada à sociedade como uma medida que não só propiciaria a universalização do ensino médio, como também viabilizaria o acesso dos alunos das camadas populares à rede federal de ensino técnico. Isto ocorreria porque, uma vez desvinculado o ensino médio do ensino técnico, os alunos das camadas médias tenderiam a se concentrar no ensino médio, deixando as vagas do ensino técnico disponíveis para os alunos das camadas populares.

No entanto, no grupo de alunos pesquisado, isto não ocorreu. Os alunos das camadas médias permaneceram no ensino médio técnico e, de um modo geral, têm uma avaliação positiva da experiência da concomitância interna. Os alunos que abandonaram o curso técnico o fizeram por motivos outros que não a concomitância. O que nos leva a inferir que o obstáculo pensado pelos reformadores não afetou estes alunos, muito menos os afastou das escolas técnicas federais. Todos os alunos da escola privada asseveraram que foi a possibilidade de cursar o ensino técnico que influenciou a opção por sua escola.

É importante salientar que as camadas médias não são unânimes, que há uma estratificação em seu interior que remete a realidades diversas e que o atual modelo econômico, que privilegia a concentração, longe de ter beneficiado este estrato social, o aproximou das camadas populares. Tal aproximação se dá não só por conta do desemprego e do rebaixamento dos salários, mas também pela adoção, pelo Estado, de políticas sociais regressivas. A incerteza e a insegurança quanto ao futuro, que sempre assombraram as camadas populares, passam a integrar o cotidiano das camadas médias que vivem do trabalho.

Os alunos que integram nossa pesquisa são frutos de um tempo histórico em que as garantias associadas ao trabalho estão sendo questionadas, o desemprego de inserção se instala e o investimento em educação é visto como um elemento

potencializador da empregabilidade dos atores sociais. Frente a este cenário, não nos causa espécie que os discentes abracem a oportunidade de cursar o ensino técnico.

Então os alunos das camadas médias continuariam a usurpar o lugar que por direito pertence às camadas populares? Retomamos essa dicotomia porque ela parece permear o discurso pró-reforma e no limite lhe proporcionar uma justificativa moral. Pois como se posicionar contrário a uma reforma que tem como norte democratizar o acesso das camadas populares ao ensino médio técnico federal em um país marcado pela desigualdade social?

Um exame mais acurado da reforma revela que o espírito democrático passou longe dos reformadores, tanto que eles optaram por não submeter o texto legal que a referendou ao escrutínio do Congresso Nacional e o sancionaram por decreto. Na realidade, afora a premissa de que não haveria interesse das camadas médias pelo ensino técnico, a reforma não criou condições objetivas para a incorporação das camadas populares às escolas técnicas federais. O que ela fez foi restabelecer o sistema de ensino dual no secundário e eleger a profissionalização precoce como a trajetória escolar mais adequada aos pobres.

A formação profissional no pós-médio permitiria que não só os indivíduos, como as próprias escolas, dessem uma resposta mais ágil às transformações do mundo da produção. Neste contexto, o ensino técnico assume um sentido quase que de adaptação constante do indivíduo ao mercado de trabalho. Em tese ele poderia cursar, ao longo da vida, tantos cursos técnicos quantos considerasse necessário para manter sua empregabilidade. Um movimento que subordina a aprendizagem do indivíduo a fatores externos e que reduz seu âmbito de escolha ao que o mercado reconhece como pertinente.

A dependência por um trabalhador mais educado revela uma das contradições do capitalismo tardio, pois de par em par com o uso decrescente da força de trabalho requer-se dos indivíduos disposição para a educação continuada. Esta contradição é mascarada por um discurso que assevera que os mercedores de sucesso serão aqueles que conseguirem aliar disponibilidade e disposição para o trabalho à igual vontade de aprender a aprender. A mensagem subliminar deste

discurso é que a escolha de uma trajetória escolar desconectada da dinâmica produtiva implica assumir o ônus futuro do desemprego ou da ocupação de postos de trabalhos precarizados.

Ao nosso ver a lógica da reforma está mais associada ao cerceamento do que à democratização do acesso. Não só porque sua arquitetura foi pensada de modo a restringir o acesso das camadas médias às escolas técnicas federais, mas porque privilegiou o estabelecimento de trajetórias educacionais diferenciadas e circunscreveu o ensino técnico a uma formação estrita para o trabalho.

Uma prova disso é que o modelo de ensino médio integrado propugnado pelas escolas técnicas federais que, aparentemente, conseguia aliar a transmissão de conhecimento técnico-científico a uma sólida formação geral, não foi levado em consideração pelos reformadores, muito menos serviu de ponto de partida para a construção de um novo modelo de ensino médio integrado. Eles preferiram voltar às costas a esta experiência e consolidar a dissociação da educação profissional da educação básica.

Entendemos que mais importante do que a trajetória individual dos alunos, seria criar condições objetivas para a elevação do percentual de discentes capazes de colaborar, no futuro, para a produção de um conhecimento endógeno. E é aí que reside outra lacuna da reforma. Pois mesmo tendo sido concebida e implementada nos marcos postos pelo capitalismo tardio, ela não se preocupou em formar uma massa crítica que contribuísse para o reposicionamento do país na divisão internacional do trabalho, mas sim assegurar a formação de mão-de-obra em sintonia com o setor produtivo.

É óbvio que o sistema de ensino não pode ser pensado desvinculado do setor produtivo, contudo subordinar a formação humana a ele pressupõe a valorização de características e necessidades que não são humanas, mas econômicas. É essa concepção de educação que consideramos elitista – e não as escolas técnicas federais – pois ela pressupõe, *a priori*, que tipo de educação determinado estrato social deve receber.

Reiteramos que as escolas técnicas federais não podem ser classificadas como escolas de elite, não por serem públicas, mas porque têm como objetivo

uma formação para o trabalho, o que propicia a seus alunos uma socialização distinta da proposta pelas instituições escolares de elites. As escolas de elite proporcionam uma socialização restrita, entre iguais, que busca reforçar nos alunos comportamentos e hábitos culturais de sua classe social.

Ao privilegiarem um ensino técnico voltado para o mercado de trabalho, os reformadores optaram por um modelo que prescinde do aprofundamento teórico das disciplinas. Tal modelo não abre espaço para que os alunos desenvolvam uma compreensão teórico-prática da realidade e a partir desta compreensão aprofundem seu conhecimento sobre o mundo e elaborem sua própria síntese.

Uma educação politécnica se opõe a este modelo de ensino porque transcende os marcos restritos de uma formação para o trabalho. A politecnia propõe a formação de sujeitos reflexivos, dotados de autonomia não só para decidirem seu futuro profissional e/ou acadêmico como também para se envolverem nos debates sobre as condições socioeconômicas, culturais e políticas do país e atuarem para transformá-las.

A capacidade para desenvolver esta autonomia e um olhar crítico sobre a realidade pode e deve ser aprendida na escola, só que nas condições atuais, em que o sistema se polariza entre uma escola de qualidade para alguns e uma escola medíocre para a maioria, isto não ocorre. E como são os pobres que compõem a maioria da população, é a eles que são negadas as condições objetivas para que possam desenvolver sua autonomia.

Contudo a construção de um ensino médio técnico integrado que contemple a todos os alunos com uma formação geral que lhes possibilite o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da autonomia é dependente de um consenso da sociedade brasileira sobre que sistema de ensino realmente deseja.

A tramitação do projeto que deu origem à LDB é uma amostra de como a correlação de forças desiguais pode abortar iniciativas populares; já a sanção da reforma do ensino médio técnico por decreto revela como um grupo consegue impor sua concepção de educação a toda a sociedade sem passar pelo escrutínio do Congresso Nacional.

Nesse sentido, a reforma do ensino médio técnico pode ser vista como um espelho das contradições da sociedade brasileira, uma sociedade que se no plano do discurso valoriza a educação, na prática não encaminha as ações necessárias para que a democratização do acesso a um ensino público de qualidade se efetive.

Acreditamos que o debate público pode tornar transparentes as diferentes concepções de educação, revelando posições contraditórias e as dificuldades postas para a democratização do acesso à educação em uma sociedade marcada por desigualdades socioeconômicas e culturais.

As contradições e limites da reforma do ensino técnico são devedores destas desigualdades e da necessidade de se aprofundar o processo democrático.

Por isso, mesmo sem ter a pretensão de esgotar o debate, gostaríamos de salientar a importância de se abrir espaço para que todos os grupos sociais se expressem e sejam ouvidos para que as nuances e diferenças de seus discursos sejam identificadas e suas propostas encaminhadas devidamente matizadas e validadas por aqueles que os representam. De maneira que possamos alcançar um consenso político sobre que sistema de ensino queremos construir e que concepção de educação deve respaldá-lo. Sem esse movimento corremos o risco de que novas reformas se instalem, sem que sejam criadas condições efetivas para a democratização do acesso a um ensino público de qualidade.